

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Direito / Curso de Pós Graduação

O CONSENTIMENTO DO CONTRIBUINTE

COMO TÉCNICA

DE SEGURANÇA JURÍDICA E PRATICABILIDADE

NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Carlos Victor Muzzi Filho

Belo Horizonte

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Direito / Curso de Pós Graduação

O CONSENTIMENTO DO CONTRIBUINTE
COMO TÉCNICA
DE SEGURANÇA JURÍDICA E PRATICABILIDADE
NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Tese apresentada pelo aluno Carlos Victor Muzzi Filho ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito.

Área de Concentração: Direito Tributário

Orientadora: Professora Doutora Misabel Abreu Machado Derzi

Belo Horizonte

2013

O candidato foi considerado pela Banca Examinadora.

Belo Horizonte, de fevereiro de 2013.

Professora Doutora Misabel Abreu Machado Derzi
Orientadora

Professor Doutor Flávio Couto Bernardes

Professor Doutor Onofre Alves Batista Júnior

Professor Doutor Sacha Calmon Navarro Coêlho

Professor Doutor Rafael Frattari Bonito

Circular

*Neste mesmo instante, em algum lugar,
alguém está pensando a mesma coisa
que você estava prestes a dizer.
Pois é. Esta não é a primeira vez*

*Originalidade não tem vez
neste mundo, nem tempo, nem lugar.
O que você fizer não muda coisa
alguma. Perda de tempo dizer*

*o que quer que você tenha a dizer.
Mesmo parecendo que desta vez
algo de importante vai ter lugar,
não caia nessa: é sempre a mesma coisa.*

*Sim. Tanto faz dizer coisa com coisa
ou simplesmente se contradizer.
Melhor calar-se para sempre, em vez
de ficar o tempo todo a alugar*

*todo mundo, sem sair do lugar,
dizendo sempre, sempre, a mesma coisa
que nunca foi necessário dizer.
Como faz este poema. Talvez.*

(Paulo Henriques Britto, “in” *Formas do nada*,
Cia. das Letras, 2012)

Agradecimentos

São todos, os agradecimentos, insuficientes e incompletos. Ainda assim, é necessário fazê-los.

Patrícia, Lucas e Gabriela, por aturarem, no dia-a-dia, as minhas dificuldades e o meu estresse, são meus eternos credores, até porque ainda me retribuía com carinho, apoio e paciência. Amo vocês!

Aos meus pais, agora Vovó Beze e Vovô Cavito, sempre!

Ao Zé Rubens e ao Marcello, representando todos aqueles que me deram suporte para que, me desligando das exigências da advocacia, pudesse me dedicar à elaboração desta tese.

À Vetusta Casa de Afonso Penna, aos colegas com que convivi neste período, e, mais especialmente, àqueles com quem convivo desde a Graduação, por tudo o que me ensinaram e continuam a ensinar.

Também à Universidade FUMEC, que sempre apoiou o aperfeiçoamento de seus professores.

À Professora Misabel de Abreu Machado Derzi, a quem, além dos agradecimentos, devo desculpas pelas falhas e omissões, aluno relapso que sempre fui. Mais do que o muito que aprendi com ela, ficou-me especialmente a admiração pelo entusiasmo com que se dedica ao Direito, sem deixar de ser a grande pessoa que é, atenta não só à técnica, mas também ao humano que se faz presente em todas as coisas da vida, inclusive no Direito.

SUMÁRIO

Resumo	8
Abstract	9
Introdução	10
Capítulo I – Praticabilidade: legalidade e consentimento	16
I. Praticabilidade, legalidade e consentimento	17
I.1 Lei como consentimento ao tributo: onde está o <i>poder de tributar</i> ?	18
I.2 O paradoxo entre sistema jurídico e sistema político e a proposta da teoria dos sistemas	23
I.3 A crise da legalidade (apenas a lei já não basta)	32
I.4 A retomada do consentimento: contratualização no Direito Público	41
I.5 A praticabilidade como princípio e acoplamento estrutural (para além da legalidade)	46
I.6 Limites para a contratualização e a necessidade de controle	52
Capítulo II – O percurso do ato administrativo	56
II. O percurso do ato administrativo	57
II.1 Ato administrativo: unilateralidade	58
II.2 Entre ato e contrato: manifestações de vontade do administrado	63
II.3 A afirmação do contrato administrativo	70
II.4 A manifestação de vontade do administrado: decorrências	75
Capítulo III – O mundo do contrato	83
III. O mundo do contrato	85
III.1 O contrato e a sua relatividade histórica	84
III.2 “O contrato é morto, viva o contrato!”	88
III.3 – Manifestação de vontade e necessidades	91
Capítulo IV – Obrigação tributária	99
IV. Obrigação tributária	100
IV.1 A função conformadora da obrigação tributária	100
IV.2 A não consideração da vontade: obrigação “ex lege”	106
IV.3 Esclarecendo: a relação jurídica tributária é complexa	110
IV.4 Participação da vontade do contribuinte na relação tributária	114
IV.5 A manifestação de vontade e a Constituição Federal	127
IV.5.1 Ainda a legalidade e a praticabilidade: o acordo de vontades	127
IV.5.2 – O acordo de vontades e a igualdade: exigência de controle	133

Capítulo V – algumas aplicações: situações em que há manifestação de vontade do contribuinte	141
V. Algumas aplicações: situações em que há manifestação de vontade do contribuinte	142
V.1 Regimes alternativos de apuração da base de cálculo de tributos	143
V.2 O Simples Nacional e a adoção de tributo voluntário	158
V.3 Os regimes especiais do ICMS e do IPI: manifestação de vontade na definição do conteúdo da relação tributária	166
V.4 Transações e isenções onerosas: contratos fiscais	174
Conclusão	184
Referências bibliográficas	189
